
Crise Civilizatória e Ecologia Capitalista: uma crítica desde as cosmovisões latino-americanas

Civilization Crisis and Capitalist Ecology: a critique from the latin american cosmovisions

Crisis de Civilización y Ecología Capitalista: una crítica desde las cosmovisiones latinoamericanas

Camila Campos de Lara Jakimiu¹

 <https://orcid.org/0000-0001-7241-4569>

Bárbara Evelyn Baracho Wanderley²

 <https://orcid.org/0000-0002-0870-8033>

Gustavo Steinmetz Soares³

 <https://orcid.org/0000-0002-0997-1992>

RESUMO: Parte-se, neste trabalho, do pressuposto da existência concreta da crise civilizatória do capital como uma crise que possui várias bifurcações, em que uma delas é a Crise Ecológica. O objetivo geral do artigo é analisar os sentidos da crise civilizatória do capital e a necessidade da ruptura com a abordagem da Ecologia Capitalista para a consolidação de outros horizontes civilizatórios, desde a Ecologia Política Latino-Americana. O presente estudo adota os moldes da pesquisa teórico-bibliográfica de cunho qualitativo, sendo a área de abrangência a da Geografia Agrária, mais especificamente no eixo temático da Ecologia Política Latino-Americana. Do estudo realizado foi possível constatar que existe uma complexidade teórica ao abordar os sentidos decorrentes da crise civilizatória do capital, ou seja, as diferentes crises geradas a partir do eixo central que é o capital enquanto modelo civilizatório, político, econômico e cultural, de modo que apenas rompendo com o debate da Ecologia Capitalista será possível consolidar outros horizontes civilizatórios, como aqueles já praticados por diversos grupos sociais latino-americanos, onde as relações produzidas respeitam a vida e a natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Crise civilizatória do capital. Ecologia capitalista. Ecologia política latino-americana.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: cajakimiu@gmail.com.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: wanderleyel13@gmail.com.

³ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: guguibrow@gmail.com.

ABSTRACT: *Our start point assumption is the concrete existence of the capital's civilizational crisis, with multiple bifurcations, and one of these is the Ecological Crisis. This article general goal is to highlight the meanings of capital's civilizational crisis and the need to break with Capitalist Ecology to consolidate others horizons for civilization on Latin America's Political Ecology perspective. This study adopts a qualitative theoretical-bibliographic research, that coverage Agrarian Geography, specifically Latin America's Political Ecology. With this study it was possible to verify that there is a theoretical complexity when approaching the meanings of capital's civilization crisis, which means different crises from it's core axis, the capital as a civilizatory, political, economic and cultural model. This way, only breaking with Capitalist Ecology will it be possible to consolidate other civilization horizons, such as those already practiced by various Latin American social groups, where the producing relationships respect life and nature.*

KEYWORDS: *Capital's civilization crisis. Capitalist ecology. Latin america's political ecology.*

RESUMEN: *Partimos del supuesto de la existencia concreta de la crisis civilizatoria del capital como una crisis que tiene varias bifurcaciones, una de las cuales es la Crisis Ecológica. El objetivo general del artículo es resaltar los significados de la crisis civilizatoria del capital y la necesidad de romper con la Ecología Capitalista para la consolidación de otros horizontes civilizatorios desde la Ecología Política Latinoamericana. El presente estudio adopta los modelos de investigación teórico-bibliográfica de carácter cualitativo, siendo el área abarcada por la Geografía Agraria, más específicamente en el eje temático de la Ecología Política latinoamericana. Del estudio realizado se pudo constatar que existe una complejidad teórica al momento de abordar los significados que se desprenden de la crisis civilizatoria del capital, es decir, las diferentes crisis generadas desde el eje central que es el capital como entidad civilizatoria, política, económica y modelo cultural. De esta forma, sólo rompiendo con la Ecología Capitalista será posible consolidar otros horizontes civilizatorios, como los que ya practican diversos grupos sociales latinoamericanos, donde las relaciones que se producen son respetuosas con la vida y la naturaleza.*

PALABRAS-CLAVE: *Crisis de la civilización capital. Ecología capitalista. Ecología política latinoamericana.*

INTRODUÇÃO

Partimos do pressuposto da existência concreta da crise civilizatória do capital como uma crise que possui várias bifurcações, onde uma delas é a Crise Ecológica. Tal crise resulta dos processos de acumulação capitalista, da expropriação dos bens comuns da natureza e da exploração dos seres humanos, em diferentes escalas geográficas de poder e dominação. Nisto, ao propor reflexões acerca da Crise Ecológica, importa salientar que coexistem duas correntes teóricas que se constituem também enquanto práxis, a Ecologia Capitalista e a Ecologia Política Latino-Americana. Cada uma provém de um lócus de enunciação diferente, que reverbera em distintas formas de conceber e tratar a Ecologia, dada a ação de múltiplos atores e suas intencionalidades. Logo, a Ecologia Capitalista atua por meio da visão desenvolvimentista de Ecologia usada como base teórica para fomentar o debate da modernização, utilizada em âmbito internacional pelas organizações Internacionais e os acordos multilaterais ambientais entre os Estados.

Diferentemente do debate proposto no âmbito da Ecologia Capitalista, a Ecologia Política Latino-Americana atua por e para as comunidades, colocando a vida e a natureza na centralidade dos processos, em que as relações socioterritoriais com e na terra são a base desde as cosmovisões dos povos originários até os movimentos sociais autônomos de liberação territorial. Desse modo, o objetivo geral do artigo perpassa a análise dos sentidos da crise civilizatória do capital e da necessidade de ruptura com a Ecologia Capitalista para a consolidação de outros horizontes civilizatórios desde a Ecologia Política Latino-Americana. Para tanto, os objetivos específicos percorrem o debate acerca dos sentidos da crise civilizatória do capital, apontando as diferentes bifurcações que são parte de um mesmo processo, através da necessidade de ruptura com a Ecologia centrada no modo capitalista de civilização na concepção da Ecologia Política desde a América Latina a partir dos processos de r-existências com e na terra, isto é, formas de continuação da existência dos grupos sociais do campo por meio da reinvenção das suas práticas e territórios somada às formas de mobilização social (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Desse modo, o presente estudo adota os moldes da pesquisa teórico bibliográfica de cunho qualitativo, sendo a área de abrangência da Geografia Agrária, mais especificamente no eixo temático da Ecologia Política Latino-Americana. Do estudo realizado foi possível constatar que existe uma complexidade teórica ao abordar os sentidos decorrentes da crise civilizatória do capital, ou seja, as diferentes crises geradas a partir do eixo central que é o capital enquanto modelo civilizatório, político, econômico e cultural. Portanto, apenas rompendo com a Ecologia Capitalista será possível consolidar outros horizontes civilizatórios, como aqueles já praticados por diversos grupos sociais latino-americanos, onde as relações produzidas respeitam a vida e a natureza.

OS SENTIDOS DA CRISE DO CAPITAL

É denso o consenso acadêmico de que as quatro crises observadas neste século têm agravado os cenários de reprodução da vida. Crises como a climática, energética, econômico-financeira e agroalimentar tem posto no cume para debate questões sobre os efeitos delas nas dinâmicas da natureza e da vida, onde a crise ecológica é o escopo intrínseco atrelado a todas elas (FAO, 2014; SASSEN, 2013; SCHUTTER, 2011). Partindo dessa perspectiva, dos nexos das múltiplas dimensões da crise do capital e dos fundamentos do que se compreende por crise contemporânea capitalista, torna-se possível analisar as questões de classe, raça e gênero. Ou seja, através dessas categorias é possível analisar os regimes de acumulação e a reprodução capitalista no âmbito da crise.

Para tanto, pensar nas questões de classe perpassa a divisão entre explorados e expropriados a partir da interseção da lógica econômica e do sistema com sua ordem política através da instituição do trabalhador livre explorável de um lado e do outro o sujeito dependente expropriável do outro. Logo, a dominação do primeiro foi permeada no consentimento e legalidade e a do outro perpassou de forma explícita a repressão e a violência nua e crua. Portanto, com o movimento da economia atual no escopo da financeirização, essa dinâmica transforma-se no nexo da expropriação e exploração mútua dos sujeitos, ficando cada vez mais heterogênea sua subjetivação (FRASER, 2020).

Desse modo, as formas atuais de acumulação capitalista não colocaram em relevo os impactos que se desdobraram na natureza, compreendida dentro dessa estratégia de acumulação por meio da exploração do trabalho. O capitalismo nesse sentido emprega a força de trabalho para valorização por meio do valor de uso adquirido através da natureza no processo proveniente da exteriorização, pois o capital não se contentaria simplesmente em “empilhar” uma natureza disponível, pelo contrário, cada vez mais se move para produzir sua natureza social intrínseca, com base em novos setores de produção e de acumulação. Sendo assim, essa acumulação torna-se cada vez mais seletiva para o seu próprio mercado através da replicação das modificações na natureza, principalmente em relação aos mercados financeiros, a regulação da extração de matérias-primas para produção de *commodities* e todo o processo pelo qual perpassam essa lógica proveniente da acumulação (MACHADO ARÁOZ, 2010; HARVEY, 2013; SMITH, 2006; SVAMPA, 2015).

Na concepção de Fraser (2016) a compreensão da acumulação capitalista perpassa diretamente os regimes de acumulação racializada. Para a autora, há uma estrutura histórica delimitada através da racialização que permite sobrepor o olhar para os fenômenos que ocorrem na economia - mundo. Para tanto, essa interpretação perpassa os regimes racializados no século XIX, através da separação da exploração e expropriação, no qual o movimento do pós-guerra suavizou essa ruptura, através dos movimentos pelos direitos civis e das lutas descolonializantes. Nisto, ocorreram os processos de independência que ressaltaram os mecanismos articulados internamente na lógica do Estado, superando esse momento de ruptura. Logo, na contemporaneidade dos fenômenos, o regime coloca-se na centralidade dos processos de desapropriação do capitalismo financeirizado. Tais regimes de acumulação racializada são essenciais para compreender os desdobramentos das fases do capitalismo em que o entrelace entre exploração e expropriação criam uma nova lógica de subjetivação política de forma contínua ao processo de expropriação e exploração que permanecem racializados, retroalimentando o caráter emblemático da crise do capitalismo contemporâneo no processo de acumulação.

Para além da racialização, a discussão em torno da questão de gênero sobrepõe-se como etapa funcional da crise capitalista contemporânea. Pois na análise dos diversos momentos em que o valor foi considerado uma categoria masculina, tornou possível ofuscar a categoria do valor abstrato das formas de reprodução delegadas à mulher. Desse modo, o trabalho doméstico foi crucial para definir a exploração das mulheres na dinâmica da acumulação do capitalismo, transformando o trabalho doméstico em um trabalho naturalizado e não remunerado, se tornando, portanto, o grande pilar para que se efetivassem os processos de acumulação primitiva do capital dentro da dinâmica de expropriação (FEDERICI, 2019; SCHOLZ, 1996).

Logo, atrelado à discussão estabelecida no regime de racialização da economia - mundo, o valor ou o negativo do valor atribuído à mulher e à raça torna-se a principal esfera da discussão da crise capitalista. Ofuscado pelo valor enquanto categoria total do masculino, a esfera da valorização econômica atrelada a essas duas categorias torna-se parte da ruptura da valorização do capitalismo mundial. Para tanto, dentro dessa discussão a crise apresenta-se de forma multidimensional, compreendida dentro da concepção da crise do valor que engloba as nuances desses processos econômicos, políticos e civilizatórios do sistema capitalista na crise categorial do valor para além da definição enclacrada enquanto parte do processo de valorização econômica (KURZ, 2015; MARX, 2011). Apesar da discussão conceitual em torno da crise do valor combinada a outros aspectos da crise do capital, a natureza e a crítica dos regimes neoliberais e progressistas também retroalimentam a lógica da expropriação. Logo, essas perspectivas apresentam-se através das incongruências dos debates atuais em torno da crise no âmbito econômico e civilizatório para além da reprodução da valorização do capital (MACHADO ARÁOZ, 2015).

A NECESSIDADE DE RUPTURA COM A ECOLOGIA CENTRADA NO MODO CAPITALISTA DE CIVILIZAÇÃO

A crise do capital é uma crise civilizatória porque reverbera de uma dinâmica de crescimento infinito onde existe a separação entre ser humano e natureza, na qual as relações de produção de mundo são separadas da reprodução da vida, isto é, onde a forma de conceber e relacionar-se com a natureza é inapropriada e pautada em relações de dominação que se consolidam a partir da propriedade privada e da expropriação dos bens naturais, impedindo a reprodução da vida. A ruptura entre sociedade e natureza é uma realidade inerente à crise civilizatória do capital que gera diferentes tipos de danos ecológicos, pois a dissolução da relação humana com a terra está na origem do capitalismo

e é a base de dominação e alienação deste modelo produtivo civilizatório que avança sobre a Terra e sobre os corpos violentamente (MACHADO ARÁOZ, 2015).

Esses processos de desnaturamento do homem e desumanização da natureza são resultados da construção da ciência moderna baseada no racionalismo no qual o homem está separado da natureza e acima dela, e usa da sua superioridade e propriedade racional para legitimá-la como fonte inesgotável de recursos. Por isso a crise ecológica resulta da crise do capital, deste modelo civilizatório que transforma os bens naturais em recursos exploráveis e os seres humanos em mercadoria. Esta crise da civilização capitalista industrial moderna é responsável pelos inúmeros processos de expropriação e destruição da natureza a níveis globais (LÖWY, 2013; NAVARRO, 2008).

O processo de devastação da natureza, de deterioração do meio ambiente e de mudança climática se acelerou a tal ponto que não estamos mais discutindo um futuro a longo prazo. Estamos discutindo processos que já estão em curso – a catástrofe já começa, esta é a realidade [...] crescimento exponencial da poluição do ar nas grandes cidades, da água potável e do meio-ambiente em geral; início da destruição da camada de ozônio; destruição, numa velocidade cada vez maior, das florestas tropicais e rápida redução da biodiversidade pela extinção de milhares de espécies; esgotamento dos solos, desertificação; acumulação de resíduos, notadamente nucleares (alguns com duração de milhares de anos), impossíveis de controlar; multiplicação dos acidentes nucleares e ameaça de um novo Chernobyl; poluição alimentar, manipulações genéticas, secas em escala planetária, escassez de grãos, encarecimento dos alimentos (LÖWY, 2013, p. 79-80).

Neste sentido, assim como a concepção de Natureza dentro do modo capitalista de civilização é inapropriada, pois é tratada como mercadoria a ser explorada, o sentido de Ecologia também sofre distorções teóricas que servem para manter a hegemonia deste sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno, utilizadas para retroalimentar uma Ecologia Capitalista que é disseminada de diferentes maneiras para reafirmar e fortalecer a lógica neoliberal e o sistema capitalista de civilização, sem se importar verdadeiramente com as problemáticas socioambientais, só com a obtenção do lucro e com a expansão corporativista, baseada na exploração da mão de obra humana e dos bens naturais (GROSFOGUEL, 2008; LÖWY, 2013).

De acordo com Löwy (2013), a Ecologia Capitalista é baseada em tentativas de soluções moderadas que são incapazes de enfrentar de forma radical o processo catastrófico da crise ecológica que é também uma crise de sobrevivência humana. Ou seja, são soluções que aceitam as regras do jogo capitalista, se adaptam ao mercado e aceitam a lógica de expansão infinita do capital. Dessa forma, entendemos a Ecologia Capitalista como práxis, isto é, como um conjunto de práticas concretas nos territórios que são

embasadas a partir de um corpo teórico que serve para produzir a aceitação coletiva do modelo civilizatório do capital que atua por meio de três formas de ação: pela apropriação da visão desenvolvimentista de Ecologia usada como substrato para fomentar a modernização, pela atuação das organizações internacionais e por meio dos acordos multilaterais ambientais entre os Estados.

A primeira forma de ação da Ecologia Capitalista resulta da apropriação da visão desenvolvimentista de Ecologia usada como substrato para fomentar a modernização. Esta se baseia em perspectivas ecológicas que utilizam da ideia-força de desenvolvimento a partir da construção de conhecimentos especializados e da institucionalização desta perspectiva que se consolida via aparato institucional, por meio do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio. Tal visão fomenta o mito da modernização que se materializa como práxis irracional da violência já que é constituidora da subjetividade moderna ocidental e compõe parte central do seu sistema cultural (DUSSEL, 2000; ESCOBAR, 2005; QUINTERO, 2015). Isto implica dizer que a apropriação da visão desenvolvimentista de Ecologia parte de a concepção de desenvolvimento deste mundo moderno-colonial-capitalista onde “[...] desenvolver é tirar envolvimento (autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu território” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 46).

Esta modernização inferioriza povos e os rotula como atrasados, partindo da visão de desenvolvimento que é utilizada para justificar os danos ambientais e sociais produzidos nos territórios, onde tal modernidade é consolidada por meio de seu caráter civilizador onde são “[...] inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da modernização” (DUSSEL, 2000, p. 49). Dessa forma, as concepções de Economia Verde e Desenvolvimento Sustentável reforçam essa perspectiva desenvolvimentista pró-modernização e contribuem para continuar produzindo relações capitalistas que partem da falsa ideologia da preocupação ambiental. No que tange ao plano teórico e institucional:

Economia Verde e Desenvolvimento Sustentável não são sinônimos, mas conceitos complementares. As propostas de políticas para esverdear a economia não implicariam em mudança de paradigma, apenas a introdução de tecnologias mais limpas, enquanto que o conceito de Desenvolvimento Sustentável sim, ao envolver outras dimensões além da tecnológica, como aspectos sociais, compromisso com o futuro, padrões de consumo, sinergias entre políticas públicas, mudanças de paradigmas econômicos e civilizatórios (CGEE, 2011, p. 5-6).

No entanto, para Araújo e Silva (2012), a Economia Verde é apenas uma nova ofensiva ideológica do Ecocapitalismo, porque propõe a diminuição dos impactos da atividade econômica pelas grandes corporações, ao mesmo tempo em que apresenta um

conjunto de mecanismos destinados a favorecer a expansão das fronteiras do processo de acumulação do capital por meio da lógica de mercado atuando como mediadora das relações entre sociedade e natureza. Tais mecanismos são de três ordens, a primeira é pautada na incorporação dos serviços ambientais aos circuitos mercantis, especialmente ao mercado financeiro, a segunda é baseada nos investimentos em novas tecnologias, especialmente voltadas à eficiência energética e a terceira é assentada na instituição de uma governança favorável à transição para uma Economia Verde. Ou seja, na realidade essa é uma economia capitalista de mercado que busca traduzir em termos de lucro e rentabilidade algumas “[...] propostas técnicas verdes que são bastante limitadas” (LÖWY, 2012, s/p).

Já o Desenvolvimento Sustentável, ao contrário de efetivar mudanças de paradigmas nos padrões de consumo e no sistema econômico e civilizatório, apresenta-se como um esverdeamento do capitalismo que está diretamente ligado ao aumento da expropriação dos bens naturais, das comunidades e de suas terras por meio da privatização e financeirização da natureza que produz o crescimento de violações dos direitos humanos que não aparecem nos relatórios de sustentabilidade publicados pelas empresas multinacionais e transnacionais, tampouco nas propagandas disponibilizadas a partir dos diferentes meios de comunicação (CALDAS; QUINTELA, 2011).

A segunda forma de ação da Ecologia Capitalista se consolida através da atuação das organizações internacionais, tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que sempre trazem nos relatórios a simbiose latente com a dimensão ecológica, desde que sejam nos possíveis acordos entre as grandes trades para manter o perfil do desenvolvimento sustentável, modificando os termos e diretrizes que viabilizem a dimensão dos impactos dos grandes investimentos nos ecossistemas. Apesar de alguns relatórios, como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) – criado em 1988 para facilitar avaliações abrangentes do estado do conhecimento científico, técnico e socioeconômico sobre mudanças climáticas – trazerem preocupações mais concisas em relação ao que vai se tecendo ao longo da construção do escrito, cabe destacar que esse selo do eco nos investimentos faz valorizar diversas demandas nos setores mais amplos da economia, principalmente nos debates em relação às grandes aquisições de terra, onde a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o FMI desdobram seus direcionamentos dúbios acerca das políticas voltadas à ecologia. Um exemplo bem complexo disso no Brasil são as diretrizes voluntárias do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2015) que evidenciam a imparcialidade nos debates mais críticos relacionados às apropriações de terra (ARAÚJO; SILVA, 2012).

A terceira forma de ação da Ecologia Capitalista ocorre por meio dos acordos multilaterais ambientais (AMA's) entre os Estados, que são acordos internacionais onde estes se comprometem a cumprir determinadas metas e adotar medidas internas para diminuir a crise ecológica, como, por exemplo, por meio da diminuição da emissão dos gases estufa, principalmente do dióxido de carbono. No entanto, é importante destacar as profundas diferenças no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os países no que tange à emissão desses poluentes e a devastação da natureza, pois países considerados desenvolvidos e emergentes poluem e devastam bem mais do que países considerados 'subdesenvolvidos', mesmo com as matrizes das empresas transnacionais em seus territórios. Assim sendo, muitos acordos entre países de âmbito internacional e interfronteiriço privilegiam os países ricos e suas corporações no cenário contemporâneo.

Parte dos acordos multilaterais ambientais resulta de eventos e conferências sobre Ecologia, sobretudo referente às mudanças climáticas, tais como a Conferência de Estocolmo (1972), a Eco-92 ou Rio-92 (1992), a Rio+10 (2002) e a Rio+20 (2012). Destas, destaca-se a Eco-92 que reverberou na Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas onde 175 países assinaram o Protocolo de Quioto, documento que definia que os países considerados industrializados teriam que reduzir suas emissões dos gases de efeito estufa em relação aos períodos anteriores (1990). A cada tonelada de carbono reduzida o país passava a receber um crédito, então quanto mais reduzisse mais crédito recebia. Neste momento, surge o mercado de carbono com a moeda verde, onde os países assinantes do Protocolo de Quioto começaram a comprar e a vender créditos de carbono: países com alta emissão de carbono (mais poluentes e mais industrializados) passaram a negociar com os países de baixa emissão de carbono (menos poluentes e menos industrializados). Isto quer dizer que países como Estados Unidos, Japão e da União Europeia compravam os créditos de países periféricos menos industrializados enquanto continuavam a emitir poluentes a níveis catastróficos (ARAÚJO; SILVA, 2012).

Mais do que uma necessidade imposta, descolonizar a visão capitalista da ecologia é uma questão de sobrevivência e de continuidade de todas as formas de vida no planeta. Em detrimento da Ecologia Capitalista, a Ecologia Política é uma teoria crítica que aprofunda e radicaliza a crítica ao capitalismo e o debate sobre a crise ambiental, a insustentabilidade da racionalidade econômica, da universalidade da ciência e do pensamento único e das leis do mercado acima de todas as coisas. Busca a ruptura, a desconstrução e a emancipação humana e dos conhecimentos para além da racionalidade moderna pautada no liberalismo econômico e nas privatizações dos direitos individuais quando os interesses econômicos estão sempre acima dos valores humanos. Cria-se, portanto, uma política da diversificação cultural onde é possível romper com a lógica universal do mercado e reorientar o ser por

meio da diversificação de caminhos etno-eco-culturais que possibilitam a construção de sociedades mais justas onde a vida possui centralidade (LEFF; PORTO-GONÇALVES, 2015).

De acordo com Leff e Porto-Gonçalves (2015, p. 65), a Ecologia Política é “[...] campo disciplinar e político do encontro de diferentes racionalidades na apropriação social da natureza e na construção de um futuro sustentável” operando não só na desconstrução teórica, mas a partir de práticas de emancipação dos povos nas lutas pela reinvenção e reafirmação de suas identidades culturais e pela reapropriação da natureza e dos seus territórios. Neste sentido, experiências concretas estão materializadas nos territórios da América Latina e compõem uma Ecologia Política Latino-Americana, praticada ancestralmente por diferentes grupos sociais que produzem formas de r-existências com e na terra.

POR UMA ECOLOGIA POLÍTICA DESDE A AMÉRICA LATINA: R-EXISTÊNCIAS E DESAFIOS

Em meados dos anos 1960 e 1970, a questão ambiental entrou no debate geopolítico, relacionada ao desenvolvimento das economias mundiais, o que reverberou em impactos cada vez mais devastadores e evidenciou a urgência de novos posicionamentos e práticas. Novos movimentos sociais com reivindicações e ideias para uma relação mais saudável com a natureza, povos originários e povos e comunidades tradicionais formados por camponeses e camponesas que, marginalizados e invisibilizados pelo desenvolvimento de um mundo moderno-colonial-capitalista, buscaram nas frestas desse sistema reafirmar sua existência, outras formas de ser e estar no mundo. Com novas problemáticas em evidência embasadas na crítica a esse sistema, produziram bifurcações epistemológicas materializadas em práxis social: a questão ambiental pela Ecologia, a questão racial pelo Movimento Negro e a questão de gênero pelo Movimento Feminista. Movimentos sociais e pensadores da América Latina colocaram em evidência a cosmovisão indígena e afrodescendente, a exemplo de obras de autores como Josué de Castro (Geografia da Fome), Paulo Freire (Pedagogia do Oprimido), diversos autores decoloniais (Aníbal Quijano, Carlos Walter Porto Gonçalves, Arturo Escobar, Catherine Walsh e outros) e autores indígenas e quilombolas (Ailton Krenak e Nego Bispo) e feministas (Lorena Cabnal) que contaram e irão continuar contando a história desde o lócus de enunciação latino-americano, desmistificando a Colonialidade do Saber.

A luta pela questão ambiental vai mostrar a indissociabilidade da preservação da natureza, da biodiversidade e das práticas e saberes culturais, simbólicos e ancestrais dos

povos originários. O debate ecológico se torna também um debate político onde a Ecologia Política integra as dimensões ambientais, sociais, culturais, políticas e espirituais, a partir do ponto de vista dos povos da floresta, das águas e da terra, onde o debate decolonial latino-americano ajuda a identificar e desconstruir as colonialidades do ser, do saber e do fazer. Nenhum argumento ou projeto ecológico é politicamente neutro e “[...] uma abordagem da ecologia política desde a perspectiva latino-americana exige repensar os fundamentos da matriz de racionalidade eurocêntrica” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 21).

Sin embargo, me gustaría llegar a una conclusión más amplia: todos los proyectos (y argumentos) ecológicos son simultáneamente proyectos (y argumentos) político-económicos y a la inversa. Los argumentos ecológicos nunca son socialmente neutrales de la misma manera que los argumentos sociopolíticos tampoco son ecológicamente neutrales (HARVEY, 2018, p. 237).

No momento em que os Estados, as organizações não-governamentais e as instituições internacionais começaram a olhar para a questão ambiental, observaram as áreas preservadas e buscaram transformá-las em áreas de proteção integral de natureza intocada. Ao descobrir e constatar que essas áreas estavam habitadas por povos que já foram marginalizados pelos processos de colonialismo e desenvolvimento, tais atores foram responsáveis por expropriá-los novamente de seus territórios com o objetivo de consolidar a preservação da natureza sem o ser humano. A partir deste fato, se fez importante e essencial a articulação e a visibilidade dos povos da floresta, das águas e da terra que reivindicavam uma outra forma de preservação da natureza, com a presença e atuação dessas comunidades. Mais do que uma disputa por direitos e garantias de Estado, é uma luta epistemológica do ser e estar, pois, quando esses povos se levantam e se fazem ouvir trazem consigo sua ancestralidade, simbologia e práticas que dão significado à vida na e com a natureza. São outros paradigmas daqueles impostos pelo mundo moderno-colonial-capitalista, “[...] são profundas as implicações do debate contemporâneo sobre a natureza, o que nos insta a pôr em questão a própria tradição de pensamento que forjamos e que nos forjou. Trata-se de um debate epistêmico e político a uma só vez” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 20).

O indivíduo, sem história e subjetividades, unidade básica do desenvolvimento econômico moderno, não desaparece, porém deixa de existir para o mercado e parte de uma humanidade global homogênea, um modelo que consiste na “[...] confinamento no papel da modernização para destruir relações arcaicas; a industrialização como via segura para essa modernização; o desenvolvimento material garantindo o progresso social, cultural e político” (GÓMEZ, 2007, p. 42). Diante disso, povos e comunidades vêm colocando a

necessidade de um envolvimento integral para o Bem Viver desde a valorização da Mãe-Terra.

Sobre el desarrollo clásico, como la creencia en un proceso lineal universal o la necesidad inevitable de destruir la naturaleza. Se incorporaron saberes tradicionales que estaban subordinados, se cuestionaron los transplantes culturales, y se abrieron las puertas a nuevas ideas sobre las relaciones entre sociedad y naturaleza, o sobre la pobreza y el bienestar (GUDYNAS; ACOSTA, 2011, p. 73).

Constroem-se pluralidades considerando o equilíbrio com a natureza, as liberdades, as potencialidades e as capacidades dos indivíduos que existem com e graças à ancestralidade e às relações e construções em comunidade, à qual fazem parte não apenas seres humanos, mas seres da natureza e a natureza como um ser, seres encantados, que atravessam e ignoram uma suposta existência única da matéria, mas incorporam em sua existência, material e imaterial, simbologias que dão significado à vida coletiva integrada à natureza, onde “[...] el régimen del buen vivir incluye las cuestiones de inclusión y equidad (por ejemplo, educación, salud, vivienda, cultura, etc.) y biodiversidad y recursos naturales” (GUDYNAS; ACOSTA, 2011, p. 75).

O Bem Viver ganhou visibilidade com as novas constituições do Equador e da Bolívia. Na primeira, em 2007 e 2008, como um processo heterogêneo, motivado pelas lutas indígenas populares, com mudanças econômicas, sociais e na relação com a natureza. O debate foi tensionado na Bolívia em 2009, onde o Bem Viver foi reivindicado por lideranças indígenas, aparecendo sempre relacionado à língua aimara. As novas constituições na América Latina são um marco institucional para estabelecer novos horizontes na construção de uma sociedade heterogênea e plural que respeita e considera os povos originários, incorporando de forma estrutural as diversas culturas e formas de sociedades. Com contradições inerentes ao processo institucional, são movimentos que fortalecem e motivam o resgate e a ressignificação da sociedade latino-americana. Na Constituição do Equador (2008), por exemplo, se garantem os direitos ao Bem Viver, rompendo com uma perspectiva clássica e reconhecendo a interdependência e a ausência de hierarquias. Na Constituição Boliviana (2009) o viver bem se coloca como fundamento, tendo uma grande abrangência cultural, sobretudo de diversidade indígena, como dos Aimara, Quechua e Guaraní.

São principios ético-morales de la sociedad plural: ama qhilla, ama llulla, ama suwa (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), suma qamaña (vivir bien), ñandereko (vida armoniosa), teko kavi (vida buena), ivi maraei (tierra sin mal) y qhapaj ñan (camino o vida noble) (GUDYNAS; ACOSTA, 2011, p. 75).

Mas Gudynas (2010, p. 1) alerta para o risco do romantismo em alternativas onde se trazem Pachamama e a Mãe-terra como potencialidades.

[...] se cae en exageraciones y dogmatismo, donde las invocaciones a la “Pachamama” para algunos serían poco menos que inútiles posiciones, teñidas de primitivismo y anclada en viejas mitologías, mientras que para otro representarían la vanguardia de un nuevo pensamiento político y la antesala de una nueva cultura.

Os extremos não auxiliam na consideração séria das dimensões que fazem parte de Pachamama. A ética ambiental, inserida na discussão sobre a valoração da natureza varia de acordo com as diferentes referências. Destaca a perspectiva que parte das posições de Evo Morales e David Choquehuanca, onde o biocentrismo levado ao extremo afirma direitos e valores iguais a todos os seres vivos, pensamento que não se consolidou, onde os direitos a um ambiente saudável estão associados a uma ética antropocêntrica do indivíduo.

Su preocupación es la sobrevivencia de las poblaciones y la integridad de los ecosistemas, con lo cual se permite el uso de los recursos naturales aunque bajo dos condiciones: por un lado, asegurando la persistencia de esas formas de vida, y por el otro, que ese aprovechamiento permita satisfacer la calidad de vida de las personas (GUDYNAS, 2010, p. 2).

Carrasco (2019) faz uma leitura da constituição equatoriana na tentativa de justificar a exploração minerária em compatibilidade com o Bem Viver. Os artigos que tratam do Bem Viver colocam como obrigação do Estado garantir seu acesso individual e coletivo, garantindo o seu financiamento. “O, con otras palabras, que, sin la intervención estatal con su prestación de servicios sociales, los derechos se convertían en nada más que hermosas aspiraciones con el valor de letra muerta” (CARRASCO, 2019, p. 288). Embora sendo um grande passo na contraposição à Ecologia Capitalista, a inclusão do Bem Viver não está livre de contradições, pois ainda precisa dialogar com instrumentos e linguagens da modernidade. Assumir uma postura em defesa da Mãe Terra, porém viabilizar uma justiça ambiental vinculada a uma ecologia clássica, de viés tecnocrático, tem relação, segundo Gudynas (2010), a uma associação do conceito de Pachamama com a visão ocidental de mundo.

A via institucional não é e nunca foi o único caminho de mudança e reivindicação. Movimentos sociais desde 1970 tiveram conquistas como o reconhecimento das consultas prévias e autodeterminação dos povos e comunidades tradicionais, a inclusão de direitos indígenas e quilombolas na Constituição Brasileira, o movimento da agricultura de base camponesa e a discussão sobre a importância da produção de alimentos orgânicos e a soberania alimentar, assim como o crescente Movimento Agroecológico que além da

produção pautada na relação com a natureza, agrega questões de classe, raça, gênero e sexualidade em toda a sua prática, destacando o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) com o projeto da Reforma Agrária Popular. Cruz (2013) sinaliza para o surgimento de uma nova gramática na luta dos movimentos sociais, desde a luta pela redistribuição da terra ao reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais, que demanda novos olhares sobre os conflitos que devem se complementar.

Assim, vista por uma das lentes, a justiça é uma questão de 'redistribuição igualitária da terra', e a luta por reforma agrária é claramente uma luta anticapitalista. Vista por uma outra, é uma questão de 'reconhecimento de territórios', e a luta por reforma agrária é claramente uma luta descolonial [...] vista por uma terceira lente, a luta pela terra e pelo território é uma luta por democracia, por formas de representação e participação política mais equilibradas entre os diferentes grupos sociais (CRUZ, 2013, p. 169).

Diante da urgência de alternativas que impeçam a destruição dos mundos, os movimentos sociais indígenas andinos oferecem “[...] ao debate teórico-político o Suma Kawsay, o Suma Qamaña, o Buen Vivir, não como modelo, mas como outro horizonte de sentido para a vida” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 44). As r-existências ampliam os horizontes de formas de ser e estar com a natureza e ressignificam a vida na diversidade de epistemologias e cosmovisões de mundo, sem perder de vista a crítica ao modelo moderno-colonial-capitalista, os grupos “[...] redefinen sus formas de existencia a través de movimientos emancipatorios y la reinención de sus identidades, sus modos de pensar, y sus modos de producción y de sustento” (ESCOBAR, 2014, p. 93).

Ulloa (2020) destaca que a Ecologia Política Latino-Americana não trata com profundidade a questão de gênero, limitando-se ao binarismo gênero-sexo, implicando uma visão masculina redutora relacionada a formas específicas de produção do conhecimento, que não dialogam com as Ecologias Políticas Feministas. A Ecologia Feminista Latino-Americana é a emergência de vozes de mulheres indígenas, afrodescendentes e camponesas. Critica o distanciamento dos feminismos hegemônicos, e desde sua perspectiva surgem feminismos comunitários como crítica ao patriarcado indígena e “[...] el entronque de patriarcados, que se articulan y conllevan a desigualdades de género y, también, ambientales y territoriales” (ULLOA, 2020, p. 90). O corpo-território surge como categoria, que se associa à defesa do corpo-terra, articulando o gênero com as outras categorias de opressão que buscam repensar as epistemologias duais, com inclusão da natureza e não-humanos como sujeitos, a participação ativa com movimentos locais, a descolonização da produção de conhecimento, da natureza e papéis de gênero, a geração de alternativas ao modelo neoliberal-capitalista centradas no cuidado e na vida, e o resgate do papel das masculinidades para compreender as desigualdades de gênero.

En el planteamiento de recuperación y defensa histórica de mi territorio cuerpo tierra, asumo la recuperación de mi cuerpo expropiado, para generarle vida, alegría vitalidad, placeres y construcción de saberes liberadores para la toma de decisiones y esta potencia la junto con la defensa de mi territorio tierra, porque no concibo este cuerpo de mujer, sin un espacio en la tierra que dignifique mi existencia, y promueva mi vida en plenitud (CABNAL, 2010, p.23).

Alimonda (2017) olha a Ecologia Latino-Americana desde o Sul como uma categoria ontológica partindo do pensamento crítico latino-americano. Nos países da América Latina a identidade nacional não é definida por si só necessitando o resgate histórico de cada região. O pensamento crítico vai além do que está posto, partindo de epistemologias críticas questionando as categorias e conceitos que são utilizados de caráter exógeno e eurocêntrico. "El fundamento del pensamiento crítico, entonces, está en la disconformidad con el estado de cosas existente y en la búsqueda de alternativas, a partir de caracterizaciones de la situación presente, cuyas causas pueden, evidentemente, ser buscadas en el pasado" (ALIMONDA, 2017, p. 35). Envolve o resgate de uma identidade própria e um diálogo reformulador da teoria marxista, onde heterogeneidade estrutural, subordinação internacional, ansiedade imposta por uma modernidade, dificuldade de incorporar a natureza na sociedade se tornam um referencial insustentável da história latino-americana, e também formam base para o pensamento crítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem muitos caminhos teóricos-conceituais para compreendermos a crise civilizatória do capital. Análises mais profundas dessas dinâmicas perpassam múltiplas camadas da sociabilidade, que envolvem e entrelaçam as questões de classe, raça e gênero, sendo parte do debate da Ecologia Política. Por isso, tecer a crítica à Ecologia Capitalista trata essas questões, ao considerar que a Ecologia Política dialoga criticamente com as estruturas que permanecem e se recriam, fazendo uso de categorias que são discutidas criticamente por diversos pensadores e movimentos sociais latino-americanos.

Desde as Epistemologias do Sul (ES) de Boaventura de Sousa Santos (Santos e Meneses, 2010), a visibilidade das vozes historicamente atingidas e apagadas pelo eurocentrismo e pela colonialidade enunciam outras epistemologias sob o tensionamento das tentativas de apagamento, que desde sempre, segundo Escobar (2018), praticam epistemologias próprias no confronto com os conhecimentos dominantes. O autor destaca cinco pilares da ES: a sociologia das ausências, do apagamento produzida pelas monoculturas da modernidade; a sociologia das emergências, de fazer aparecer outros e

diversos mundos; a tradução intercultural; a justiça cognitiva; e novas/outras categorias jurídicas que representam a pluriversidade proposta. A diversidade de mundos traz uma dimensão ontológica em contraposição à crise do mundo moderno que não tem uma solução moderna, o Mundo de um Mundo (MUM) se coloca como “o” mundo negando a diversidade. Escobar (2018) propõe, em contraposição ao uni-verso, a transição para o pluri-verso.

A fazer deixar de existir mundos, pela produção de inexistências, através das sociologias das ausências, faz surgir outros mundos, na sociologia das emergências, sendo esses últimos chamados de ontologias relacionais. As formas de se entender e enxergar o mundo são muito mais diversas do que a forma única moderna/ocidental, existindo um distanciamento enorme dessa diversidade, mesmo das teorias críticas de esquerda. É preciso ir além dos saberes ocidentalizados e buscar os pensamentos subalternos. Olhar para uma prática desde a ontologia relacional é perceber que relações e significados são construídos em diversas escalas, temporalidades e dimensões, sem obedecer, portanto, uma lógica linear. São relações vivas entre sujeitos, e não sujeitos e objetos, um rio, um instrumento, uma árvore; são entes vivos que constroem mundos. Uma ontologia política se forma quando as relações ontológicas constroem/sustentam outros mundos que resistem e se contrapõe à homogeneização.

Pensar caminhos que rompem com a Ecologia Capitalista é tecer movimentos de ruptura com as ideias esboçadas e colocar no horizonte as relações que são tramadas além dos interesses capitalistas, voltados para as grandes corporações e todo o quadro político que é o prelúdio dessa ideologia. Logo, esperar as dimensões que fomentam a Ecologia Política Latino-Americana é levar em conta a multiplicidade de mundos e o deslocamento da centralidade dos conceitos, trabalhados de maneira relacional. Nesses deslocamentos exige-se uma desconstrução das colonialidades do ser, do poder e do saber, superando as dimensões de opressão que trazem em si, de classe, raça, gênero, epistêmica e espiritual. Ao mesmo tempo, é preciso manter as análises estruturais complexificando-as desde as cosmovisões latino-americanas e práticas dos povos que resistem há mais de 500 anos, desde a invasão de Abya Yala que, segundo Porto-Gonçalves (2022) é um termo da língua do povo Kuna (Serra Nevada, no norte da Colômbia) que significa “Terra Viva” e é um sinônimo de América, e que vem sendo utilizado como autodesignação pelos povos originários, mesmo com a diversidade de outras denominações. Usado desde 1507, o termo começa a se consolidar no início do século XIX, quando as elites crioulas passam a usá-lo contra os europeus para afirmarem seu processo de independência. Assim se apontam caminhos contra o mundo moderno-colonial-capitalista, onde os povos originários, povos de afrodescendência, povos do campo, das florestas e das águas sempre mantiveram sua luta

através das frestas daquele sistema, resistindo e r-existindo com a natureza. São movimentos diversificados em rede que ocorrem em múltiplas dimensões do ser, do saber e do fazer, onde os caminhos são diversos para propiciar mudanças, sem perder a dimensão do debate político, da ancestralidade e da relação com Pachamama, a Mãe-Terra.

REFERÊNCIAS

ALIMONDA, Héctor. En clave de sur: la ecología política Latinoamericana y el pensamiento crítico. In: ALIMONDA, Héctor; PÉREZ, Catalina Toro; MARTÍN, Facundo. (Coord).

Pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Ciudad Autónoma de Buenos Aires; CLACSO, 2017. p. 33-49.

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SILVA, Maria das Graças. Economia Verde: uma nova ofensiva ideológica do Ecocapitalismo. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 127-143, 2012.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. **Feminismos diversos: el feminismo comunitario.** ACSUR, Las Segovias, p.11-25, 2010.

CALDAS, Andressa; QUINTELA, Sandra. Esverdeando o capitalismo: a farsa das corporações para a Rio + 20. In: **Sustentabilidade e Desenvolvimento. Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, ano 5, n. 53, p.16-17, 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/43950356/Esverdeando_o_capitalismo_a_farsa_das_corpora%C3%A7%C3%B5es_para_a_Rio_20> Acesso em: 30 dez. 2021.

CARRASCO, Marcelo Vásconez ¿Explotación minera en el Ecuador? Hacia una justificación basada en el buen vivir. **Revista Estudios del Desarrollo Social: Cuba y América Latina.** vol. 7, n. 3, p.273-292, 2019.

CGEE. CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Economia Verde e Interesse Nacional: Propostas para uma Agenda Brasileira.** Brasília: CGEE, 2011.

CRUZ, Valter do Carmo. Das lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social, terra e território.** Rio de Janeiro, RJ: IPPUR/UFRJ, p.119-176, 2013.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (coord.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2000. p.24-33.

ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: Daniel Mato (coord.) Políticas de economía, ambiente y sociedade in tiempos de globalización. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, p. 17-31, 2005.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra.** Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: UNAULA, 2014.

ESCOBAR, Arturo. Sentipensar con la Tierra: Las luchas territoriales y la dimensión ontológica de las epistemologías del Sur. In: ESCOBAR, Arturo. **Otro posible es posible: Caminando hacia las transiciones desde Abya Yala/Afro/Latino-América.** Bogotá: Desde Abajo, 2018. p. 98-119.

FAO. COMMITTEE ON WORLD FOOD SECURITY (CFS). **Principles for responsible investment in agriculture and food systems.** FAO, WFP, and IFAD. [S.I.]. 2014.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FRASER, Nancy. **Expropriation and exploitation in racialized capitalism**: A Reply to Michael Dawson Critical Historical Studies. Chicago: Chicago Center for Contemporary Theory, 2016.

FRASER, Nancy. **Los talleres ocultos del capital**. Un mapa para la izquierda. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: MANÇANO, Bernardes; FERNANDES Marta Ines Medeiros Fernandes; SUZUKI, Julio Cesar. **Geografia Agrária teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.39-53.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

GUDYNAS, Eduardo. La Pachamama: ética ambiental y desarrollo. **Le Monde Diplomatique**, La Paz, Bolivia, n. 27, p. 4-6, 2010.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. El buen vivir mas allá del desarrollo. **Quehacer**, Revista del Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, Fondo Editorial, Lima, Peru, ed.181, p.70-82, 2011. Disponível em: <https://dhls.hegoa.ehu.eus/uploads/resources/5490/resource_files/4.El_buen_vivir_mas_all%C3%A1_del_desarrollo.pdf?v=63736017044> Acesso em: 23 mar. 2021.

HARVEY. David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

HARVEY, David. La dialéctica del cambio social y medioambiental. In: HARVEY, David. **Justicia, naturaleza y geografía de la diferencia**. Quito, Ecuador: IAEN-Instituto de Altos Estudios Nacionales del Ecuador, 2018. p. 229-265.

KURZ, Robert. **Poder mundial e dinheiro mundial**: crônicas do capitalismo em declínio. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

LEFF, Enrique; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Political Ecology in Latin America: the Social Re-Appropriation of Nature, the Reinvention of Territories and the Construction of an Environmental Rationality. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 65-88, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/43543/27087>. Acesso em: 30 dez. 2021.

LÖWY, Michael. Michel Löwy critica Rio+20 e a propaganda da 'economia verde'. **Caros Amigos**, São Paulo, s/p, 2012. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2012/04/10/michael-lowy-critica-rio20-e-a-propaganda-da-economia-verde/>>. Acesso em: 30 dez. 2021.

LÖWY, Michel. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecosocialista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, 67, p. 79-86, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v26n67/a06v26n67.pdf>> Acesso em: 23 mar. 2021.

MACHADO ARÁOZ, Horacio. La 'Naturaleza' como objeto colonial. Una mirada desde la condición eco-bio-política del colonialismo contemporáneo. **Boletín Oteaiken**. n. 10, p.35-47, 2010.

MACHADO ARÁOZ, Horacio. Marx, Los Marxismos y la ecología: Notas para un alegato ecosocialista. **GEOgraphia**, ano. 17, n. 34, p. 9-38, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13710/8910>. Acesso em: 30 dez. 2021.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. O Processo de produção do capital - Livro I. São Paulo, Boitempo, 2011.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Diretrizes voluntárias sobre a governança responsável da terra, dos recursos pesqueiros e florestais no contexto da segurança alimentar nacional**. Brasília. 2015.

NAVARRO, Marli Brito Moreira de Albuquerque. Ambiente e complexidade como tema integrador. In: MIRANDA, Ary Carvalho de; BARCELLOS, Christovam; MOREIRA, Josino Costa; MONKEN, Maurício. (Orgs.). **Território, Ambiente e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p.89-97.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O desafio ambiental. Rio de Janeiro: Record, Revista Geonordeste, São Cristóvão, Ano XXV, n. 1, p. 192-197, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Ecologia Política na América Latina: Reapropriação Social da Natureza e Reinvenção dos Territórios. **Revista Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.9, n.1, p.16-50, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Abya Yala**. Publicações PROLAM, Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, s/p, 2022. Disponível em:<<https://sites.usp.br/prolam/es/abya-yala/>>. Acesso em: 30 dez. 2022.

QUINTERO, Pablo. **Antropología del desarrollo**: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Kula Ediciones, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SASSEN, Saskia. Land Grabs today: Feeding the disassembling of national territory. **Globalizations**, Helsinki, v. 10, n. 1, p.25-46, 2013.

SCHOLZ, Roswitha. O valor é homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, n. 45, p.15-36, 1996.

SCHUTTER, Oliver. How not to think of land-grabbing: three critiques. **The Journal of Peasant Studies**, p. 249-279, 2011.

SMITH, Neil. Nature as Accumulation Strategy. **Socialist Register**, 43, p.16-36, 2006.

SVAMPA, Maristella. Commodities Consensus: Neoextractivism and Enclosure of the Commons in Latin America. **South Atlantic Quarterly** 1, January; 114 (1): p. 65-82, 2015.

ULLOA, Astrid. Ecología política feminista latinoamericana. In: ZURIA, Ana de Luca et al. (Coord.) **Feminismo socioambiental**: Revitalizando el debate desde América Latina. p. 75-104. Cuernavac: UNAM, 2020.

Recebido: maio de 2022.

Aceito: janeiro de 2023.